

O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E A ORTODOXIA CONVENCIONAL

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Resumo: A falha das políticas e reformas neoliberais em promover a estabilização macroeconômica e o crescimento na América Latina abriu espaço para o surgimento do novo desenvolvimentismo. Diferentemente da ortodoxia convencional, ele rejeita a estratégia de crescimento com poupança estrangeira e a liberalização da conta de capitais. Além disso, propõe que a taxa de câmbio seja administrada e acredita que é necessária uma estratégia para superar as altas taxas de juros/valorização da moeda, que mantém a economia brasileira instável.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo. Crescimento. Estabilidade macroeconômica.

Abstract: The failure of the neo-liberal policies in promoting macroeconomic stabilization and economic growth in Latin America opened room in each country for the rise of new developmentalism. Differently from the conventional orthodoxy, it rejects the growth strategy with foreign savings and the opening of capital accounts. Over there, it says that the exchange rate should be administered and believes that a strategy is required to overcome the high interest rate/appreciated currency which maintains the Brazilian economy unstable.

Key words: Developmentalism. Growth. Macroeconomic stability.

Diante do fracasso das políticas neoliberais recomendadas pelos países ricos para promover a estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento, existe, hoje, na América Latina, um claro movimento de rejeição da ortodoxia convencional. Isto significa que os países mais desenvolvidos e com democracias mais sólidas voltarão ao nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950, que tanto êxito teve em promover o desenvolvimento, mas afinal sofreu distorções e entrou em crise, ou podemos pensar em um novo desenvolvimentismo?

Neste trabalho, depois de analisar a crise da estratégia nacional de desenvolvimento que foi o antigo desenvolvimentismo, compararei o novo desenvolvimentismo, que está surgindo com sua versão anterior, e com o conjunto de diagnósticos e políticas recomendadas e pressionadas pelos países ricos aos países em desenvolvimento, desde que a onda ideológica neoliberal se tornou dominante no mundo: a ortodoxia convencional. A primeira seção, discute o antigo desenvolvimentismo, seu êxito inicial, sua superação por uma série de fatos novos e de distorções, bem como sua substituição pela ortodoxia convencional a partir do final da década de 1980. A segunda seção examina o novo desenvolvimentismo como um terceiro discurso, entre o populismo da esquerda burocrática e o neoliberalismo da ortodoxia convencional; e, a terceira trata da importância da idéia de nação e da instituição

“estratégia nacional de desenvolvimento”. A quarta seção, traça um paralelo entre o novo desenvolvimentismo e o antigo; em seguida, é feita sua comparação com a ortodoxia convencional. A sexta seção, enfim, completa a comparação apresentando o tripé de política de desenvolvimento convencional e o desenvolvimentismo, e o tripé de política macroeconômica convencional e desenvolvimentista.

O ANTIGO DESENVOLVIMENTISMO E SUA CRISE

Entre os anos 1930 e 1970, o Brasil e os demais países da América Latina cresceram a taxas extraordinariamente elevadas, aproveitando o enfraquecimento do centro para formular estratégias nacionais de desenvolvimento que, essencialmente, implicavam a proteção à indústria nacional nascente e a promoção de poupança forçada por meio do Estado. O nome que essa estratégia recebeu foi desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo.

Esse nome queria salientar, em primeiro lugar, que o objetivo fundamental da política econômica era o de promover o desenvolvimento econômico; em segundo, que, para isso, era preciso que a nação, isto é, os empresários, a burocracia do Estado, as classes médias e os trabalhadores associados na competição internacional definissem os meios que utilizariam para alcançar esse propósito nos quadros do sistema capitalista, tendo o Estado como principal instrumento de ação coletiva. Os notáveis economistas que então estudaram o desenvolvimento e fizeram propostas de política econômica bem como os políticos, técnicos do governo e empresários mais diretamente envolvidos nesse processo foram chamados de *desenvolvimentistas*, porque colocavam o desenvolvimento como objetivo de sua análise econômica e de sua ação política. Os economistas latino-americanos que, em conjunto com um notável grupo de economistas internacionais, participaram da formulação da teoria econômica do desenvolvimento (*development economics*), eram ligados a três correntes que se somavam: a teoria econômica clássica de Smith e Marx, a macroeconomia keynesiana e a teoria estruturalista latino-americana.¹

O desenvolvimentismo não era uma teoria econômica, mas uma estratégia nacional de desenvolvi-

mento. Usava as teorias econômicas disponíveis para formular, para cada país em desenvolvimento da periferia capitalista, a estratégia que permitisse alcançar gradualmente o nível de desenvolvimento dos países centrais. Teorias baseadas no mercado, porque não há teoria econômica que não parta dos mercados, mas teorias de economia política que atribuíam ao Estado e a suas instituições um papel central na coordenação da economia.

Ao desenvolvimentismo, opunham-se os economistas neoclássicos que praticavam a ortodoxia convencional – ou seja, o conjunto de diagnósticos, políticas econômicas e reformas institucionais que os países ricos ou do Norte recomendam aos países em desenvolvimento ou do Sul. Eram então chamados de *monetaristas*, devido à ênfase que davam ao controle da oferta de moeda para controlar a inflação.

Como o Brasil era um país periférico ou dependente, cuja revolução industrial estava ocorrendo 150 anos depois da inglesa e mais de 100 anos depois da americana, o extraordinário desenvolvimento entre os anos 1930 e 1970 só foi possível na medida em que a nação brasileira foi capaz de usar seu Estado como instrumento de definição e implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento, na qual a intervenção do próprio Estado foi significativa. Não se tratava de substituir o mercado pelo Estado, mas de fortalecer o último para que este pudesse criar as condições necessárias para que as empresas, competindo no mercado, investissem e seus empresários inovassem.

Todos os países, a partir da própria Inglaterra, precisaram de uma estratégia nacional de desenvolvimento para realizarem sua revolução industrial e continuarem se desenvolvendo. O uso de uma estratégia nacional de desenvolvimento foi especialmente evidente entre os países hoje desenvolvidos que se atrasaram, mas que nunca foram colônias, como a Alemanha e o Japão, e, portanto, nunca se caracterizaram pela dependência. Já os países periféricos, como o Brasil e os demais países da América Latina, que viveram a experiência colonial, ao se tornarem independentes formalmente, continuaram ideologicamente dependentes do centro.

Tanto os países centrais de desenvolvimento atrasado quanto os países ex-colônias precisaram formu-

lar estratégias nacionais de desenvolvimento, mas essa tarefa foi mais fácil para os primeiros. Para os países periféricos, havia a dificuldade adicional de enfrentar sua própria dependência, ou seja, a submissão das elites locais às elites dos países centrais, sendo que estas não estavam interessadas senão no seu próprio desenvolvimento. Desenvolvimentismo foi o nome que recebeu a estratégia nacional dos países dependentes, que só desencadearam sua industrialização a partir da década de 1930, ou então depois da Segunda Guerra Mundial. Seu desenvolvimentismo era nacionalista porque, para se industrializarem, os países precisavam formar seu Estado nacional. O nacionalismo presente no desenvolvimentismo era a ideologia da formação do Estado nacional: era a afirmação de que, para se desenvolverem, os países precisam definir eles próprios suas políticas e suas instituições, sua estratégia nacional de desenvolvimento.² Embora não tivessem recebido esse nome, os países centrais atrasados também usaram estratégias desenvolvimentistas, porque foram nacionalistas, sempre usaram seus próprios critérios e não o de seus competidores para formular suas políticas e usaram seus Estados de forma deliberada para promover seu desenvolvimento.

Entre as décadas de 1940, 1950 e 1960, os desenvolvimentistas e keynesianos foram dominantes na América Latina: constituíram o *mainstream*. Os governos adotavam principalmente suas teorias ao fazerem política econômica. A partir dos anos 1970, porém, no contexto da grande onda ideológica neoliberal e conservadora que se iniciava, a teoria keynesiana, a teoria econômica do desenvolvimento e o estruturalismo latino-americano passaram a ser desafiados de forma bem sucedida pelos economistas neoclássicos, que, em sua grande maioria, passaram a adotar uma ideologia neoliberal. A partir da década de 1980, no quadro da grande crise da dívida externa que fortalece politicamente os países ricos, esses economistas conseguiram redefinir, em termos neoliberais, seus preceitos voltados aos países em desenvolvimento. A ideologia neoliberal voltada para esses países torna-se hegemônica, expressando-se pelo que ficou chamado de consenso de Washington, mas que eu prefiro chamar de ortodoxia convencional. Em outras palavras, durante os anos 1980, a estratégia nacional de desen-

volvimento, que era o desenvolvimentismo, entra em crise e é substituída por uma estratégia externa: a ortodoxia convencional.

Vários fatores explicam essa mudança. Na medida em que o antigo desenvolvimentismo estava baseado na substituição de importações, estavam embutidas nele as razões de sua própria superação. A proteção à indústria nacional, o voltar-se para o mercado e a redução do coeficiente de abertura de uma economia, mesmo que ela seja relativamente grande como a brasileira, está fortemente limitado pelas economias de escala. Para certos setores, a proteção torna-se absurda. Por isso, quando o modelo de substituição de importações foi mantido durante os anos 1970, ele estava levando as economias latino-americanas a uma distorção profunda. Por outro lado, passada a fase inicial de substituição de importações nas indústrias de bens de consumo, o prosseguimento da industrialização implica em um aumento substancial da relação capital-trabalho, que terá duas conseqüências: a concentração da renda e a diminuição da produtividade do capital ou da relação produto-capital. A resposta à concentração de renda será a expansão da produção de bens de consumo de luxo, configurando-se o que chamei de modelo de subdesenvolvimento industrializado, que, além de perverso, leva embutido o gérmen do rompimento da aliança nacional pró-desenvolvimento.

A segunda razão diz respeito ao rompimento, durante a década de 1960, da aliança nacional que constituía a base política do desenvolvimentismo. A abordagem nacional-desenvolvimentista tinha como pressuposto a constituição de nações em cada país latino-americano. Era este um pressuposto razoável já que, depois de um longo período de forte dependência que se seguiu aos movimentos de independência do início do século XIX, esses países, a partir de 1930, aproveitam a crise do Norte para iniciar suas revoluções nacionais. Baseado nesse fato, o desenvolvimentismo propunha que o novo empresariado industrial em cada país se constituísse em burguesia nacional, como acontecera nos países desenvolvidos, e se associasse aos técnicos do governo e aos trabalhadores urbanos na realização da revolução nacional e industrial.

Dessa forma, em cada país, constituía-se ou reforçava-se a nação, a sociedade nacional, e tornava-se possível que ela definisse e implementasse uma estratégia nacional de desenvolvimento (o desenvolvimentismo) usando o Estado como seu instrumento de ação coletiva. Esta era, simultaneamente, uma proposta e uma análise da realidade representada pelo acelerado processo de industrialização que então ocorre na América Latina.

A revolução de Cuba, em 1959, porém, ao produzir a radicalização da esquerda, e a crise econômica do início dos anos 1960 levaram ao rompimento da aliança nacional e criaram as condições para o estabelecimento de regimes militares no Brasil, Argentina, Uruguai e Chile – países que contaram com o apoio de seus empresários e dos Estados Unidos.

Em conseqüência, aquela aliança, essencial para a constituição de nação, é rompida, e a esquerda moderada da América Latina adere às teses da teoria da dependência associada que rejeitava a possibilidade de uma burguesia nacional. Ao fazê-lo, rejeita a própria idéia de nação e de estratégia nacional de desenvolvimento em que estava baseado o nacional-desenvolvimentismo. A grande crise da década 1980 – a crise definitiva do modelo de substituição de importações que o desenvolvimentismo apoiara desde os anos 1940 – o enfraquece ainda mais. A partir de então, o desenvolvimentismo, ainda apoiado pela esquerda burocrático-populista que se formara à sombra do Estado a partir das distorções por que passou essa estratégia de desenvolvimento, mas sem o apoio dos empresários, da esquerda moderna e de grande parte da própria burocracia do Estado, vai, aos poucos, se vendo incapaz de fazer frente à onda ideológica neoliberal que vinha do Norte.³

A terceira razão para a substituição do desenvolvimentismo pela ortodoxia convencional está na força dessa onda ideológica. No início dos anos 1980, como resposta à crise da dívida externa, a ortodoxia convencional vai, aos poucos, se constituindo. O Plano Baker (1985), assim denominado por ter sido originado a partir de idéias do Secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, completa a definição das novas fórmulas ao adicionar ao ajuste macroeconômico ortodoxo as reformas institucionais orien-

tadas para o mercado. O desenvolvimentismo passa, assim, a ser objeto de ataque sistemático. Aproveitando-se da crise econômica, que, em parte, derivava da superação do modelo de desenvolvimento e das distorções que sofrera nas mãos de políticos e classes médias populistas, a ortodoxia convencional torna o desenvolvimentismo uma expressão depreciativa: identifica-o com o populismo ou a irresponsabilidade em matéria de política econômica. Em seu lugar, propõe políticas econômicas ortodoxas e reformas institucionais neoliberais que resolveriam todos os problemas. Propõe também que os países em desenvolvimento abandonem o antiquado conceito de nação adotado pelo nacional-desenvolvimentismo e aceitem a tese globalista, segundo a qual, na era da globalização, os Estados-Nação haviam perdido autonomia e relevância: mercados livres no âmbito mundial, inclusive os financeiros, se encarregariam de promover o desenvolvimento econômico de todos.

Vinte anos depois, o que vemos é o fracasso da ortodoxia convencional em promover o desenvolvimento econômico da América Latina. Enquanto no período em que o desenvolvimentismo foi dominante, entre 1950 e 1980, a renda *per capita* no Brasil crescia quase 4% ao ano; a partir de então, passou a crescer a uma taxa quatro vezes menor. Não foi muito diferente o desempenho nos demais países latino-americanos, com exceção do Chile. No mesmo período, porém, os países asiáticos dinâmicos, entre os quais a China, depois da década de 1980, e a Índia, depois dos anos 1990, mantinham ou alcançavam taxas de crescimento extraordinárias.

Por que uma diferença tão grande de taxas de crescimento? No plano mais imediato das políticas econômicas, o problema fundamental relacionou-se à perda do controle do preço macroeconômico mais estratégico em uma economia aberta: a taxa de câmbio. Enquanto os países latino-americanos perdiam esse controle, por meio da abertura das contas financeiras, e, a partir do início da década de 1990, viam suas taxas de câmbio se apreciar ao aceitarem a estratégia de crescimento com poupança externa proposta por Washington e Nova York, os países asiáticos mantinham superávits em conta corrente em boa parte do tempo, além do controle de suas taxas de câmbio.

No plano das reformas, enquanto os países latino-americanos aceitavam indiscriminadamente todas as reformas liberalizantes, realizando, de maneira irresponsável, privatizações de serviços monopolistas e abrindo sua conta capital, os asiáticos foram mais prudentes. Entretanto, aos poucos foi ficando claro que a principal diferença residiu em um fato novo e fundamental: os países latino-americanos interromperam suas revoluções nacionais, viram suas nações se desorganizarem, perderem coesão e autonomia, e, em consequência, ficaram sem estratégia nacional de desenvolvimento.

O desenvolvimentismo foi o nome da estratégia nacional que os países da América Latina – particularmente o Brasil – adotaram no período compreendido entre os anos 1930 e 1980. Nesse período, principalmente entre as décadas de 1930 e 1960, muitos países latino-americanos estavam firmemente construindo suas nações e, afinal, provendo seus Estados formalmente independentes de sociedades nacionais dotadas de solidariedade básica, quando se trata de competir internacionalmente.

Entretanto, o enfraquecimento provocado pela grande crise dos anos 1980 combinado com a força hegemônica da onda ideológica que tem início nos Estados Unidos ao longo da década de 1970, faz com que a constituição das nações latino-americanas seja interrompida, regredindo. As elites locais deixam de pensar com a própria cabeça, aceitam os conselhos e as pressões vindas do Norte, e os países, sem estratégia nacional de desenvolvimento, vêem seu desenvolvimento estancar.

A ortodoxia convencional, que então substituiu o nacional-desenvolvimentismo, não havia sido elaborada no país e não refletia as preocupações nem os interesses nacionais, mas as visões e os objetivos dos países ricos. Além disso, como é próprio da ideologia neoliberal, era uma proposta negativa que supunha a possibilidade dos mercados coordenarem tudo automaticamente, além de proporem que o Estado deixasse de realizar o papel econômico que sempre exerceu nos países desenvolvidos: o de complementar a coordenação do mercado para promover o desenvolvimento econômico e a equidade.

Critiquei a ortodoxia convencional desde que ela se tornou dominante na América Latina. Fui, provavelmente, o primeiro economista latino-americano a fazer a crítica do Consenso de Washington, na aula magna que proferi no congresso anual da Associação Nacional de Cursos de Pós-graduação em Economia, em 1990 (BRESSER-PEREIRA, 1990 [1991]). Minha crítica, entretanto, ganhou nova dimensão a partir do primeiro semestre de 1999, depois de passar quatro anos e meio no governo de Fernando Henrique Cardoso. Escrevo, então, em Oxford, “Incompetência e *confidence building* por trás de 20 anos de quase-estagnação da América Latina” (BRESSER-PEREIRA, 1999 [2001]). Logo depois, restabelecendo minha associação com Yoshiaki Nakano, que também voltava de uma experiência de governo, escrevemos, juntos, “Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade” e “Crescimento econômico com poupança externa?” (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002; 2002 [2003]).

Fiéis ao espírito original do desenvolvimentismo e à nossa formação keynesiana e estruturalista, iniciamos, por meio desses trabalhos, uma crítica sistemática e radicalmente não populista à ortodoxia convencional que se tornara dominante na América Latina, além de apresentarmos uma alternativa de política econômica.⁴ Nossa crítica mostrava que a proposta convencional, embora incluindo algumas políticas e reformas necessárias, na verdade não promovia o desenvolvimento do país, mas o mantinha semi-estagnado, incapaz de competir com os países mais ricos. E que se via facilmente vítima de uma das formas do populismo econômico: o populismo cambial.

A alternativa de estratégia econômica, que está implícita ou explicitamente presente nesses trabalhos e nos demais que produzimos em seguida, além de não incorrer nas distorções que o desenvolvimentismo sofrera na mão de seus epígonos, inovava porque reconhecia uma série de fatos históricos novos, os quais demandavam a revisão da estratégia nacional de desenvolvimento. Que nome dar a esta alternativa? No início de 2003, Nakano sugeriu a expressão novo desenvolvimentismo, que foi aceita imediatamente.⁵ Nesse momento, terminava de ser escrita a quinta edição do livro, *Desen-*

volvimento e Crise no Brasil, e este, além de incluir as novas idéias no último capítulo, “Retomada da revolução nacional e novo desenvolvimentismo”, foi usada, pela primeira vez, essa expressão em um trabalho escrito (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Em 2004, publiquei um artigo com esse título no jornal *Folha de S. Paulo*.⁶ Ainda nesse mesmo ano, João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Michel organizaram o livro *Novo-desenvolvimentismo: Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social*, que reúne alguns dos melhores macroeconomistas da nova geração. Dessa forma, o novo desenvolvimentismo deixava de ser uma proposta isolada para se constituir em um projeto mais geral.⁷

Em que consiste o novo desenvolvimentismo? Neste trabalho vou apresentá-lo. Na primeira seção, irei defini-lo como um terceiro discurso e uma estratégia nacional de desenvolvimento; na segunda seção, estabelecerei suas diferenças com o desenvolvimentismo dos anos 1950; e, na terceira, mostrarei como ele representa uma crítica e uma alternativa à ortodoxia convencional, ou seja, aos diagnósticos, políticas e reformas elaborados principalmente em Washington para uso nos países em desenvolvimento.

NAÇÃO E NACIONALISMO

O novo desenvolvimentismo, assim como o nacional-desenvolvimentismo da década de 1950, ao mesmo tempo supõe a existência e implica a formação de uma verdadeira nação, capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento informal, aberta, como é próprio de sociedades democráticas cujas economias são coordenadas pelo mercado. A nação é uma sociedade de pessoas ou famílias que, compartilhando um destino político comum, logra se organizar na forma de um Estado com soberania sobre determinado território. A nação, portanto, como o Estado moderno, só tem sentido no quadro do Estado-Nação, que surge com o capitalismo.

Para que a nação possa compartilhar um destino comum, ela deve ter objetivos comuns, entre os quais o historicamente mais importante é o desenvolvimento. Outros objetivos, como a liberdade e a justiça social são também fundamentais para as nações, mas

estas, como o Estado e o capitalismo, surgem tendo como parte de sua lógica, de sua forma intrínseca de ser, o desenvolvimento econômico.

Nações, Estados-Nação, capitalismo e desenvolvimento econômico são fenômenos históricos coetâneos e intrinsecamente correlatos. Na sua forma mais desenvolvida – a da globalização dos dias atuais – o capitalismo não tem como unidades econômicas constitutivas apenas as empresas que operam em nível internacional, mas também, senão principalmente, os Estados-Nação ou Estados nacionais. Não são apenas as empresas que competem em nível mundial nos mercados, como pretende a teoria econômica convencional: os Estados-Nação são também competidores fundamentais. O critério principal de êxito dos dirigentes políticos de todos os Estados nacionais modernos é o do crescimento econômico comparado com o dos outros países. Um governante é bem sucedido, do ponto de vista de seu povo e do ponto de vista internacional, se logra taxas de crescimento maiores do que a dos países julgados seus concorrentes diretos. A globalização é o estágio do capitalismo em que, pela primeira vez, os Estados-Nação cobrem todo o globo terrestre e competem economicamente entre si, por meio das suas empresas.

A nação envolve uma solidariedade básica entre as classes quando se trata de competir internacionalmente. Empresários, trabalhadores, burocratas do Estado, classe média profissional e intelectuais podem entrar em conflitos entre si, mas sabem que têm um destino comum, e que este depende de seu êxito em participar de forma competitiva do mundo dos Estados-Nação.

Envolve, portanto, um acordo nacional, o contrato social básico que dá origem à nação e a mantém forte ou coesa. É o grande acordo entre as classes sociais de uma sociedade moderna que permite que esta se transforme em uma verdadeira nação, ou seja, em uma sociedade dotada de um Estado capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento.

O grande acordo ou pacto nacional que se estabeleceu no Brasil, a partir de 1930, unia a nascente burguesia nacional industrial à nova burocracia ou aos novos técnicos do Estado; a eles se somavam os trabalhadores urbanos e setores da velha oligarquia mais

voltados para o mercado interno, como a própria pecuária da qual Vargas se originava. Os adversários eram o imperialismo, representado principalmente pelos interesses ingleses e americanos, e a oligarquia agrário-exportadora associada. O acordo mais estratégico em um Estado-Nação moderno é aquele entre os empresários industriais e a burocracia do Estado, na qual se incluem os políticos mais significativos, mas também dele participam trabalhadores e as classes médias. Além disso, haverá sempre os adversários internos, de alguma forma identificados com o imperialismo ou com o neo-imperialismo de hoje, sem colônias e com os grupos locais colaboracionistas ou globalistas. No caso do Brasil, hoje, são os rentistas que vivem de altos juros e o setor financeiro que dos primeiros recebe comissões.

Uma nação é sempre nacionalista, na medida em que o nacionalismo é a ideologia da formação, do Estado nacional e da sua permanente reafirmação ou consolidação. Uma outra forma de definir nacionalismo é dizer, como Ernest Gellner, que é a ideologia que busca a correspondência entre nação e Estado, que defende a existência de um Estado para cada nação.⁸ Esta é também uma boa definição, embora própria de um pensador originário da Europa Central, que se esgota no momento em que o Estado-Nação se forma, quando nação e Estado passam a coincidir sobre um determinado território, estabelecendo-se formalmente um Estado soberano. Não considera, assim, a célebre frase de Ernest Renan em sua conferência de 1882: “a nação é um plebiscito de todos os dias”.⁹ Não explica como um Estado-Nação pode ter existência formal sem que haja uma verdadeira nação, como é o caso dos países latino-americanos, que, no início do século XIX, se viram dotados de Estados, não apenas devido ao esforço patriótico de grupos nacionalistas, mas também graças aos bons préstimos da Inglaterra, que visava alijar Espanha e Portugal da região.

Dessa forma, esses países se perceberam dotados de Estado, sem possuírem verdadeiras nações, na medida em que deixavam de ser colônias para serem dependentes da Inglaterra, da França e, mais tarde, dos Estados Unidos.

Para que uma nação exista, de fato, é necessário que as diversas classes sociais, não obstante os confi-

tos que as separam, sejam solidárias quando se trata de competir internacionalmente, e que usem critérios nacionais para decidir sobre suas políticas, principalmente, sobre a política econômica e a reforma de suas instituições. Em outras palavras, é necessário que seus dirigentes pensem com suas cabeças, ao invés de se dedicarem ao *confidence building*, e que toda a sociedade seja capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento.

O novo desenvolvimentismo irá se transformar em realidade quando a sociedade nacional se tornar uma verdadeira nação. Foi o que aconteceu no Brasil entre 1930 e 1980 – principalmente entre as décadas de 1930 e 1960. Sob a liderança que o Brasil teve no século XX do estadista Getúlio Vargas, o país transferiu para si as decisões nacionais e formulou uma estratégia nacional de desenvolvimento bem sucedida. Naqueles 30 anos (ou 50, se incluirmos também o regime militar, que, embora tenha feito aliança política com os Estados Unidos contra o comunismo, manteve-se nacionalista), o Brasil se transformou, passando de país agrário para industrial, de formação social mercantilista para plenamente capitalista, de condição semicolonial para uma nação. Desenvolvimentismo foi o nome que recebeu a estratégia nacional de desenvolvimento e a ideologia que a orientava. Assim, o processo de definição do novo desenvolvimentismo é também o da retomada da idéia de nação no Brasil e nos demais países da América Latina. Implica, portanto, uma perspectiva nacionalista no sentido de que as políticas econômicas e as instituições passam a ser formuladas e implementadas, tendo como critério principal o interesse nacional e, como autores, os cidadãos de cada país.

Esse nacionalismo não visa dotar a nação de um Estado, mas tornar o Estado já existente um instrumento efetivo de ação coletiva da nação, que permita a nações modernas, vivendo no início do século XXI, buscarem, de forma consistente, seus objetivos políticos de desenvolvimento econômico, justiça social e liberdade, em um quadro internacional de competição, mas também de paz e colaboração. Implica, portanto, que esse nacionalismo seja liberal, social e republicano, incorporando os valores das sociedades industriais modernas.

O “TERCEIRO DISCURSO” E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O novo desenvolvimentismo é, ao mesmo tempo, um “terceiro discurso”, entre o discurso populista e o da ortodoxia convencional, e o conjunto de diagnósticos e idéias que devem servir de base para a formulação, por cada Estado-Nação, da sua estratégia nacional de desenvolvimento. É um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. Como o antigo desenvolvimentismo, não é uma teoria econômica: baseia-se principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento. É a maneira pela qual países como o Brasil podem competir com êxito com os países ricos e, gradualmente, alcançá-los. É o conjunto de idéias que permite às nações em desenvolvimento rejeitar as propostas e pressões dos países ricos de reforma e de política econômica, como a abertura total da conta capital e o crescimento com poupança externa, na medida em que essas propostas representam a tentativa de neutralização neo-imperialista de seu desenvolvimento – a prática de ‘empurrar a escada’. É a forma por meio da qual empresários, técnicos do governo, trabalhadores e intelectuais podem se constituir em nação real para promover o desenvolvimento econômico. Não inclui os países pobres no novo desenvolvimentismo, não porque eles não precisem de uma estratégia nacional de desenvolvimento, mas porque, tendo ainda que realizar sua acumulação primitiva e sua revolução industrial, os desafios que enfrentam e as estratégias que precisam adotar são diferentes.

Em termos de discurso ou de ideologia, temos, de um lado, o discurso dominante, imperial e globalista, que tem origem em Washington e é adotado na América Latina pela direita neoliberal e cosmopolita, formada principalmente pela classe rentista e o setor financeiro.¹⁰ Essa é a ortodoxia convencional: uma ideologia exportada para os países em desenvolvimento; uma anti-estratégia nacional, que, embora se propondo a generosamente promover a prosperida-

de dos países de desenvolvimento médio, na verdade atende aos interesses dos países ricos em neutralizar a capacidade competitiva daqueles.

Esse discurso, na forma que foi aplicado ao Brasil desde os anos 1990, diz quatro coisas: primeiro, que o maior problema do país é a falta de reformas microeconômicas que permitam o livre funcionamento do mercado; segundo, que, mesmo depois do fim da alta inflação inercial, em 1994, o controle da inflação continua a ser o principal objetivo da política econômica; terceiro, que, para realizar esse controle, os juros serão inevitavelmente altos devido ao risco-país e aos problemas fiscais; quarto, que ‘o desenvolvimento é uma grande competição entre os países para obter poupança externa’, não sendo motivo de preocupação os déficits em conta corrente implícitos e a valorização do câmbio provocada pelos influxos de capital. O desastre que esse discurso representou em termos de crises de balanço de pagamentos e de baixo crescimento para os países latino-americanos que o adotaram a partir do final dos anos 1980 é hoje bem conhecido.¹¹

O discurso oposto é o da esquerda burocrático-populista. De acordo com essa perspectiva, os males do Brasil vinham da globalização e do capital financeiro, que impunham ao país um alto endividamento externo e público. A solução seria renegociar a dívida externa e a dívida pública do país, exigindo-se um grande desconto. O segundo mal estava na insuficiência de demanda, que poderia ser resolvida com o aumento do gasto público. O mal maior – a desigual distribuição de renda – seria resolvido pela ampliação do sistema assistencialista do Estado brasileiro. Essa alternativa foi aplicada, por exemplo, no Peru de Alan García. No Brasil, jamais foi realmente posta em prática.

O primeiro discurso atendia aos interesses do Norte e refletia sua ampla hegemonia ideológica sobre os países latino-americanos. Localmente, provinha principalmente da classe dos rentistas brasileiros, que vivem essencialmente de juros, bem como de economistas associados ao setor financeiro, e era compartilhada por uma ampla classe média superior confusa e desorientada. O segundo, vinha da classe média inferior e de setores sindicais, e refletia a pers-

pectiva da velha esquerda burocrática. Nenhum dos dois discursos tinha possibilidade de alcançar razoável consenso na sociedade brasileira, dada sua irracionalidade e seu caráter parcial. Nenhuma das duas ideologias refletia o interesse nacional.

Existirá um terceiro discurso que possa alcançar um razoável consenso? Sem dúvida, esse terceiro discurso é possível e está sendo formulado aos poucos. É o discurso do novo desenvolvimentismo. Mas não se trata o novo desenvolvimentismo também de uma ideologia como a ortodoxia convencional e o discurso burocrático-populista? Sim e não. Sim porque toda estratégia nacional tem implícita uma ideologia – um conjunto de idéias e de valores orientados para a ação política. Não, porque, ao contrário da ortodoxia convencional, que é uma simples proposta externa, o novo desenvolvimentismo só fará sentido se partir de um consenso interno e, dessa forma, se constituir em uma verdadeira estratégia nacional de desenvolvimento.

Um consenso pleno é impossível, mas um consenso que una empresários do setor produtivo, trabalhadores, técnicos do governo e classes médias profissionais – um acordo nacional, portanto – está, hoje, em processo de formação, aproveitando o fracasso da ortodoxia convencional. Esse consenso em formação vê a globalização não como uma benesse nem como uma maldição, mas como um sistema de intensa competição entre Estados nacionais, por meio de suas empresas. Entende que, nessa competição, é fundamental fortalecer o Estado fiscalmente, administrativamente e politicamente, e, ao mesmo tempo, dar condições às empresas nacionais para serem competitivas internacionalmente. Reconhece, como a Argentina já o fez depois da crise pela qual passou em 2001, que, no Brasil, o desenvolvimento é impedido, no curto prazo, por uma taxa de juros básica de curto prazo altíssima, decidida pelo Banco Central, a qual pressiona para cima a taxa de juros de longo prazo, desconectando-a do Risco Brasil. Supõe que, para alcançar o desenvolvimento, é essencial aumentar a taxa de investimento, devendo o Estado contribuir para isso por meio de uma poupança pública positiva, fruto da contenção da despesa de custeio. Finalmente, em um plano mais geral, o novo desenvolvimentismo

que está se delineando como estratégia nacional de desenvolvimento parte da convicção que o desenvolvimento, além de estar sendo impedido pela falta de nação, é também obstaculizado pela concentração de renda que, além de injusta, serve de caldo de cultura para todas as formas de populismo.

O que é uma estratégia nacional de desenvolvimento? É mais do que uma simples ideologia, como é a ortodoxia convencional: é um conjunto de instituições e de políticas orientadas para o desenvolvimento econômico. É menos do que um projeto ou um plano nacional de desenvolvimento, porque não é formalizada; não tem documento com definição precisa de objetivos e de políticas a serem adotadas para alcançá-los, porque o acordo entre as classes sociais que lhe é inerente não tem nem texto nem assinaturas. É mais porque envolve informalmente toda ou grande parte da sociedade. Porque dá a todos um rumo a ser seguido, e certas orientações muito gerais a serem observadas. Porque, embora não presuponha uma sociedade sem conflitos, envolve uma razoável união de todos, quando se trata de competir internacionalmente. Porque é mais flexível do que um projeto. Porque está sempre considerando as ações dos demais adversários ou competidores. Porque o fator a motivar o comportamento individual não é apenas o interesse próprio, mas a competição com as demais nações.

A estratégia nacional de desenvolvimento reflete tudo isso. Sua liderança cabe ao governo e aos membros mais ativos da sociedade civil. Seu instrumento fundamental é o próprio Estado: suas normas, suas políticas e sua organização. Seu resultado, quando um grande acordo se estabelece – quando a estratégia realmente se torna nacional, quando a sociedade passa a compartilhar, frouxa mas efetivamente, métodos e objetivos – é a aceleração do desenvolvimento. Um período longo, em que o país experimenta elevadas taxas de crescimento da renda *per capita* e dos padrões de vida.

Uma estratégia nacional de desenvolvimento implica em um conjunto de variáveis fundamentais para o desenvolvimento econômico. São variáveis tanto reais quanto institucionais. O aumento da capacidade de poupança e investimento da nação, a forma pela

qual incorpora progresso técnico na produção, o desenvolvimento do capital humano, o aumento da coesão social nacional que resulta em capital social ou em sociedade civil mais forte e democrática, uma política macroeconômica que garanta a saúde financeira do Estado e do Estado-Nação, levando a índices de endividamento interno e externo dentro de limites conservadores, são elementos constitutivos de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Nesse processo, as instituições, ao invés de serem meras abstrações válidas em todas as situações, são vistas e pensadas de maneira concreta, histórica. A estratégia nacional de desenvolvimento ganhará sentido e força quando suas instituições – sejam as de curto prazo, ‘políticas’ ou ‘políticas públicas’, sejam as relativamente permanentes (as instituições em sentido estrito) – responderem às necessidades da sociedade, sendo compatíveis com a dotação de fatores de produção da economia, ou, mais amplamente, com os elementos que compõem a instância estrutural da sociedade.

ANTIGO E NOVO DESENVOLVIMENTISMO

O desenvolvimentismo dos anos 1950 e o novo desenvolvimentismo diferem em função de duas variáveis intervenientes neste meio século: de um lado, fatos históricos novos que mudaram o quadro do capitalismo mundial, que transitou dos anos dourados para a fase da globalização; de outro, os países de desenvolvimento médio, como o Brasil, mudaram seu próprio estágio de desenvolvimento, deixando de se caracterizarem por indústrias infantis.

A principal mudança em nível internacional foi a de um capitalismo dos anos dourados ou dos anos gloriosos (1945-75), em que se montava o Estado do bem-estar e, no plano macroeconômico, o keynesianismo era dominante, enquanto a “teoria econômica do desenvolvimento” (de Lewis, Nurkse, Furtado, Prebisch e Myrdal) predominava no plano do desenvolvimento econômico, para o capitalismo da globalização, neoliberal, no qual as taxas de crescimento são menores, e a competição entre os Estados-Nação muito mais acirrada. Nos anos dourados, os países de desenvolvimento médio não representavam ainda qualquer ameaça aos países ricos. No en-

tanto, desde a década de 1970, com os NICs – *New Industrialized Countries*, e, desde os anos 1990, com a China, a competição por eles representada passa a ser muito maior: a ameaça para os países ricos representada pela sua mão-de-obra barata torna-se mais clara do que nunca. Naquela época, os países ricos – principalmente os Estados Unidos, que precisavam de aliados na Guerra Fria –, eram mais generosos; hoje, só os países muito pobres da África podem esperar alguma generosidade – mas mesmo estes devem tomar cuidado, porque a forma pela qual os países ricos e o Banco Mundial deles se ocupam e para eles orientam sua pretensa ajuda é, com frequência, perversa.

A principal diferença no que tange ao nacional diz respeito ao fato de que a indústria, naquela época, era infante; hoje, já é uma indústria madura. O modelo de substituição de importações foi efetivo, entre os anos 1930 e 1960, para estabelecer as bases industriais dos países da América Latina. A partir da crise dos anos 1960, entretanto, esses países já deveriam ter começado a reduzir o protecionismo e orientar-se em direção a um modelo exportador, em que o país se revelasse capaz de exportar produtos manufaturados de maneira competitiva. Não o fizeram, porém, a não ser quando a crise dos anos 1980 os obrigou a fazê-lo, muitas vezes de forma apressada e mal planejada. Esse atraso de 20 anos foi uma das maiores distorções que o desenvolvimentismo da década de 1950 sofreu.

O novo desenvolvimentismo não é protecionista. Supõe que os países de desenvolvimento médio já superaram a fase da indústria infante e exige que as empresas sejam competitivas em todos os setores industriais aos quais se dedicarem, e que, em alguns, sejam especialmente competitivas para poderem exportar. Ao contrário do antigo desenvolvimentismo, que adotou o pessimismo exportador da teoria econômica do desenvolvimento, o novo desenvolvimentismo não sofre desse mal. Como qualquer estratégia de desenvolvimento, não quer basear seu crescimento na exportação de produtos primários de baixo valor agregado, mas, ao contrário dele, aposta na possibilidade de os países em desenvolvimento exportarem manufaturados ou produtos primários de alto valor agregado, definindo essa estratégia como central. A

experiência dos últimos 30 anos deixou claro que esse pessimismo foi um dos grandes equívocos teóricos da teoria econômica do desenvolvimento. Já no final da década de 1960, os países da América Latina deveriam ter começado a transitar decididamente do modelo substituidor para o exportador, como fizeram Coréia e Taiwan. Na América Latina, o Chile foi o primeiro país a fazer essa mudança, e, por isso, seu desenvolvimento é, com frequência, apontado como exemplo de sucesso de estratégia neoliberal. Na verdade, o neoliberalismo só foi plenamente praticado no Chile entre 1973 e 1981 e terminou com uma grande crise de balanço de pagamentos em 1982.¹²

O modelo exportador não é especificamente neoliberal, inclusive porque, a rigor, a teoria econômica neoclássica, que está por trás dessa ideologia, não tem espaço para estratégias de desenvolvimento. Os países asiáticos dinâmicos, que adotaram estratégia desenvolvimentista desde os anos 1950, já na década de 1960 deram a ela um caráter exportador de manufaturados, e, pelo menos desde os anos 1970, podem ser considerados países novo-desenvolvimentistas. São duas as grandes vantagens do modelo exportador sobre o substituidor de importações. Em primeiro lugar, o mercado para as indústrias não fica limitado ao mercado interno. Isto é importante para os países pequenos, mas é também fundamental para um país com mercado interno relativamente grande como o Brasil. Em segundo lugar, se o país adota essa estratégia, as autoridades econômicas, que estão fazendo política industrial em favor de suas empresas, passam a ter um critério de eficiência em que se basear: só as empresas eficientes o bastante para exportar serão beneficiadas pela política industrial. No caso do modelo de substituição de importações, empresas muito ineficientes podem estar sendo protegidas; no caso do modelo exportador, essa possibilidade é substancialmente menor.

O fato de a estratégia que o novo desenvolvimentismo representa não ser protecionista não significa que os países devam estar dispostos a uma abertura de modo indiscriminado. Devem negociar pragmaticamente aberturas com contrapartida, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e dos acordos regionais. E, principalmente, não significa

que o país deva renunciar a políticas industriais. O espaço para essas políticas foi reduzido pelos acordos altamente desfavoráveis da Rodada do Uruguai da OMC, mas ainda há espaço para políticas dessa natureza, que, se pensadas estrategicamente, levando em consideração vantagens comparativas futuras, que podem aparecer na medida em que as empresas apoiadas sejam bem sucedidas.

O novo desenvolvimentismo rejeita as idéias equivocadas de crescimento com base principalmente na demanda e no déficit público, populares nos anos 1960 na América Latina. Esta foi uma das mais graves distorções que sofreu o desenvolvimentismo nas mãos de seus epígonos populistas. As bases teóricas dessa estratégia nacional de desenvolvimento estão na teoria macroeconômica keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, que, por sua vez, se fundamenta principalmente na teoria econômica clássica. Keynes assinalou a importância da demanda agregada, e legitimou o recurso a déficits fiscais em momentos de recessão. No entanto, jamais defendeu déficits públicos crônicos. Seu pressuposto foi sempre o de que uma economia nacional equilibrada, do ponto de vista fiscal, poderia, por um breve período, sair do equilíbrio para restabelecer o nível de emprego.¹³

Os notáveis economistas, como Furtado, Presbisch e Rangel, formuladores da estratégia desenvolvimentista, eram keynesianos e, na promoção do desenvolvimento, consideravam a administração da demanda agregada como uma ferramenta importante. Contudo, nunca defenderam o populismo econômico dos déficits crônicos. Seus epígonos, porém, o fizeram. Quando Celso Furtado, diante da grave crise do início da década de 1960, propôs o *Plano Trienal* (1963), foi considerado por esses seguidores de segunda categoria como tendo sofrido uma recaída ortodoxa. Na verdade, o que Furtado já pensava no equilíbrio fiscal, o que o novo desenvolvimentismo defende com firmeza. Defende-o não por ortodoxia, mas porque sabe que o Estado é o instrumento de ação coletiva por excelência da nação. Ora, se o Estado é tão estratégico, seu aparelho precisa ser forte, sólido, ter capacidade, e, por isso mesmo, suas finanças precisam estar equilibradas. Mais do que isto, sua dívida precisa ser pequena e seus prazos, longos. A pior coisa que

Quadro 1

Antigo e Novo Desenvolvimentismo Comparados

Antigo Desenvolvimentismo	Novo Desenvolvimentismo
Estado tem papel central em poupança forçada e investimento em empresas	Estado tem papel subsidiário, mas importante em ambas as atividades
Protecionista e pessimista	Exportador e realista
Certa frouxidão fiscal	Disciplina fiscal
Certa complacência com inflação	Nenhuma complacência com inflação

pode acontecer a um Estado, enquanto organização (o Estado é também ordem jurídica), é ficar na mão de credores, sejam eles internos ou externos. Os credores externos são especialmente perigosos, porque, a qualquer momento, podem se retirar do país com seus capitais. Os internos, porém, transformados em rentistas e apoiados no sistema financeiro, podem impor ao país políticas econômicas desastrosas, como vem acontecendo no Brasil.

A terceira e última diferença entre o desenvolvimentismo dos anos 1950 e o novo desenvolvimentismo está no papel atribuído ao Estado na promoção da poupança forçada e na realização de investimentos na infra-estrutura econômica. Tanto uma quanto a outra forma histórica de desenvolvimentismo atribuem papel econômico fundamental ao Estado em garantir o bom funcionamento do mercado e em prover as condições gerais da acumulação de capital, como educação, saúde e infra-estrutura de transportes, comunicações e energia. Porém, no desenvolvimentismo da década de 1950, o Estado tinha papel fundamental de promover a poupança forçada, contribuindo, dessa forma, para que os países completassem seu processo de acumulação primitiva. Tinham também o papel de investir diretamente nas áreas de infra-estrutura e indústria pesada, nas quais os valores necessários eram muito elevados, não havendo poupança suficiente no setor privado.

Este quadro mudou desde os anos 1980. Para o novo desenvolvimentismo, o Estado ainda pode e deve promover poupança forçada e investir em certos setores estratégicos, mas agora o setor privado nacional tem recursos e capacidade empresarial para reali-

zar boa parte dos investimentos necessários. O novo desenvolvimentismo rejeita a tese neoliberal de que o “Estado não tem mais recursos”, porque o Estado ter ou não ter recursos depende da forma pela qual as finanças do aparelho estatal sejam administradas. Mas entende que, em todos os setores em que haja competição razoável, o Estado não deve ser investidor, mas tratar de defender e garantir a concorrência. Mesmo excluídos esses, sobram ainda muitos investimentos a serem realizados pelo Estado, financiados pela poupança pública e não por endividamento.

Em síntese, refletindo, novamente, o estágio diferente em que se encontram os países de desenvolvimento médio, o novo desenvolvimentismo vê o mercado como uma instituição mais eficiente, mais capaz de coordenar o sistema econômico do que viam os antigos desenvolvimentistas, embora esteja longe de ter a fé irracional da ortodoxia convencional no mercado.

NOVO DESENVOLVIMENTISMO E ORTODOXIA CONVENCIONAL

Examinemos, agora, as diferenças entre o novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. A ortodoxia econômica convencional ou saber econômico convencional é constituído pelo conjunto de teorias, diagnósticos e propostas de políticas que os países ricos oferecem aos países em desenvolvimento. Tem como base a teoria econômica neoclássica, mas não se confunde com ela porque não é teórica, mas abertamente ideológica e voltada para propostas de reformas institucionais e políticas econômicas. Enquanto a teoria econômica neoclássica dominan-

te está baseada nas universidades, especialmente nas americanas, a ortodoxia convencional tem origem principalmente em Washington, onde estão o Tesouro dos Estados Unidos e as duas agências supostamente internacionais mas, de fato, subordinadas ao Tesouro: o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial – BIRD, o primeiro cuidando da política macroeconômica, o segundo, do desenvolvimento. Secundariamente, origina-se em Nova York, ou seja, na sede ou no centro de convergência dos grandes bancos internacionais e das empresas multinacionais. Por isso, podemos dizer que a ortodoxia convencional é o conjunto de diagnósticos e políticas voltados para os países em desenvolvimento que têm origem em Washington e Nova York.

A ortodoxia convencional muda através do tempo. A partir dos anos 1980, identificou-se com o Consenso de Washington, que não pode ser entendido como uma simples lista de dez reformas ou ajustes arrolados por John Williamson no *paper* que deu origem à expressão. Nessa lista havia, inclusive, reformas e ajustes que são necessários (WILLIAMSON, 1990). O Consenso de Washington é, na verdade, a forma que a ideologia neoliberal e globalista assumiu, efetivamente, no plano das políticas econômicas recomendadas aos países em desenvolvimento. Em alguns trabalhos, distingui o primeiro do segundo Consenso de Washington, para salientar que no primeiro, a preocupação fundamental expressa naquela lista é com o ajuste macroeconômico que se tornou necessário devido à grande crise da dívida externa dos anos 1980, enquanto que o segundo, dominante a partir da década de 1990, pretende ser também uma estratégia de desenvolvimento baseada na abertura da conta capital e no crescimento com poupança externa. Contudo, os dois formam um único consenso – o consenso dos países ricos em relação a seus concorrentes, de desenvolvimento médio.

Ainda que a expressão Consenso de Washington seja útil, prefiro falar na ortodoxia convencional, porque esta é uma expressão mais geral e apresenta como meramente convencional uma determinada ‘ortodoxia’.¹⁴

A ortodoxia convencional é a forma pela qual os Estados Unidos, no plano das políticas e instituições

econômicas, expressam a sua hegemonia ideológica sobre o resto do mundo e, principalmente, sobre os países em desenvolvimento dependentes, que não dispõem de uma nação suficientemente forte para fazer frente a essa hegemonia, como têm sido tradicionalmente os latino-americanos. Esta hegemonia se pretende benevolente, mas, na verdade, é o braço e a fala do neo-imperialismo – isto é, do imperialismo sem colônias (formais) que se estabeleceu sob a égide dos Estados Unidos e dos demais países ricos depois que o sistema colonial clássico foi encerrado logo após a Segunda Guerra Mundial.

Na medida em que a ortodoxia convencional é a expressão prática da ideologia neoliberal, ela é a ideologia do mercado contra o Estado. Enquanto o novo desenvolvimentismo quer Estado e mercado fortes e não vê contradição entre ambos, a ortodoxia convencional quer fortalecer o mercado pelo enfraquecimento do Estado, como se houvesse um jogo de soma zero entre as duas instituições.

A ortodoxia convencional é, portanto, a partir da segunda metade do século XX, a versão do *laissez faire* que foi dominante no século anterior. Ignorando que o tamanho do Estado cresceu em termos de carga tributária e em termos de grau de regulação exercida sobre o mercado como decorrência do aumento da dimensão e da complexidade das sociedades modernas, e desprezando que um Estado forte e relativamente grande é condição para um mercado forte e competitivo, a ortodoxia convencional é a reação prática contra esse crescimento do aparelho do Estado. É certo que o Estado também cresceu por mero burocratismo, para criar cargos e empregar a burocracia, mas a ortodoxia convencional não está interessada em distinguir o crescimento legítimo do ilegítimo do Estado. É a ideologia do Estado mínimo, do Estado polícia, que se preocupa apenas com a segurança interna e externa, deixando a coordenação econômica, os investimentos na infra-estrutura e mesmo os serviços sociais de saúde e educação por conta do mercado. É a ideologia individualista, que supõe que todos são igualmente capazes de defender seus interesses. É, assim, uma ideologia de direita, dos mais poderosos, dos mais ricos, dos mais educados – da alta burguesia e da alta tecnoburocracia. Seu objetivo

é baixar os salários reais diretos e indiretos por meio da desproteção ou precarização do trabalho, e, assim, tornar as empresas mais competitivas em um mercado internacional de países em desenvolvimento com mão-de-obra barata.

A primeira e mais geral das diferenças entre o novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional foi referida no último parágrafo da seção anterior. A ortodoxia convencional é fundamentalista de mercado, acreditando que ‘no princípio era o mercado’, uma entidade que tudo coordena de forma ótima se for livre, o novo desenvolvimentismo, não. Considera o mercado uma instituição extraordinariamente eficiente para coordenar sistemas econômicos, mas conhece suas limitações.

A alocação dos fatores é a tarefa que melhor realiza, mas mesmo aí apresenta problemas. O estímulo ao investimento e à inovação deixa muito a desejar. No plano da distribuição de renda, é um mecanismo definitivamente insatisfatório, porque os mercados premiam os mais fortes e os mais capazes. Enquanto a ortodoxia convencional reconhece as falhas do mercado, mas afirma que piores são as falhas do Estado ao tentar supri-las, o novo desenvolvimentismo rejeita esse pessimismo sobre a capacidade de ação coletiva e quer um Estado forte, não às custas do mercado, mas para que o mercado seja forte. Se os homens são capazes de construir instituições para regulamentar as ações humanas, inclusive o próprio mercado, não há razão para que não sejam capazes de fortalecer o Estado enquanto aparelho ou organização, tornando seu governo mais legítimo, suas finanças mais sólidas, e sua administração mais eficiente, além de fortalecê-lo enquanto ordem jurídica, tornando suas instituições cada vez mais adequadas às necessidades sociais. A política e a democracia existem exatamente para isso.

Como uma das bases do novo desenvolvimentismo é a economia política clássica e que era, essencialmente, uma teoria da riqueza das nações, de Smith, ou da acumulação de capital, de Marx, as estruturas sociais e as instituições são fundamentais para ele. Além disso, como adota uma perspectiva histórica do desenvolvimento, os ensinamentos institucionalistas da escola histórica alemã e do institucionalismo ame-

ricano do início do século XX são parte essencial de sua visão do desenvolvimento.¹⁵ Instituições são, portanto, fundamentais e reformá-las é uma necessidade permanente, na medida que, nas sociedades complexas e dinâmicas em que vivemos, as atividades econômicas e o mercado precisam ser constantemente re-regulados. O novo desenvolvimentismo, portanto, é reformista.

Já a ortodoxia convencional, baseada na teoria econômica neoclássica, só recentemente se deu conta da importância das instituições, quando surgiu o novo institucionalismo. Ao contrário do institucionalismo histórico que, no plano do desenvolvimento econômico, vê nas instituições pré-capitalistas e nas distorções do capitalismo obstáculos ao desenvolvimento e procura desenvolver instituições que o promovam ativamente, o novo institucionalismo tem uma proposta simplista: basta que as instituições garantam a propriedade e os contratos, ou, mais amplamente, o bom funcionamento dos mercados, que estes promoverão automaticamente o desenvolvimento.

No jargão neoliberal, praticado, por exemplo, pelo *The Economist*, um governo é bom no plano econômico se for reformista – e reformista significa fazer reformas orientadas para o mercado. Para o novo desenvolvimentismo, um governo será bom no plano econômico se for desenvolvimentista – se promover o desenvolvimento e a distribuição de renda pela adoção de políticas econômicas e de reformas institucionais orientadas, sempre que possível, para o mercado, mas, com frequência, corrigindo a ação automática desses mercados. Em outras palavras, se contar com uma estratégia nacional de desenvolvimento, porque esta não é outra coisa senão esse conjunto de instituições e de políticas econômicas voltadas para o bom funcionamento dos mercados e o desenvolvimento. Para a ortodoxia convencional as instituições devem se limitar quase que exclusivamente às normas constitucionais, para o novo desenvolvimentismo, políticas econômicas e, mais amplamente, regimes de políticas econômicas e monetárias são instituições a serem permanentemente reformadas, corrigidas, no quadro de uma estratégia mais geral.

Além das instituições relativamente permanentes, políticas industriais são necessárias. Não são elas que

distinguem fundamentalmente o novo desenvolvimentismo da ortodoxia convencional, porque o novo desenvolvimentismo usa a política industrial de forma moderada, atuando apenas estrategicamente, quando a empresa que precisa de apoio revela que tem ou terá capacidade de competir internacionalmente: uma política industrial que acabe se confundindo com o protecionismo não é aceitável.

Muitas das reformas institucionais são comuns ao novo desenvolvimentismo e à ortodoxia convencional. Mas os objetivos são, com frequência, diferentes. Tome-se, por exemplo, a reforma da gestão pública. O novo desenvolvimentismo a patrocina porque quer um Estado mais capaz e mais eficiente; já a ortodoxia convencional o faz porque vê nele a oportunidade de reduzir a carga tributária.

Para o novo desenvolvimentismo, esta consequência pode ser desejável, mas trata-se de uma questão distinta. A carga tributária é uma questão política que depende principalmente das funções que as sociedades democráticas atribuem ao Estado e, secundariamente, à eficiência dos serviços públicos. Em outros casos, o problema é de medida. O novo desenvolvimentismo é favorável a uma economia comercialmente aberta, competitiva, mas não radicaliza a idéia e sabe usar as negociações internacionais para obter contrapartidas, já que os mercados mundiais estão longe de serem livres. Em outros, a diferença é de ênfase: tanto o novo desenvolvimentismo quanto a ortodoxia convencional são favoráveis a mercados de trabalho mais flexíveis, mas o novo desenvolvimentismo, apoiado em experiências principalmente do norte da Europa, não confunde flexibilidade com falta de proteção, enquanto que a ortodoxia conven-

cional flexibiliza o trabalho para precarizar a força de trabalho e viabilizar a baixa de salários.

DOIS TRIPÉS COMPARADOS

Para compararmos o novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional, examinemos os dois pares de tripés em que estão baseados: um par de tripés contraditórios relativos à política mais geral de desenvolvimento, e o outro relativo à política macroeconômica.

O tripé do desenvolvimento da ortodoxia convencional pode ser enunciado da seguinte maneira: “Um país irá se desenvolver impelido pelas forças do mercado, desde que: (1) mantenha a inflação e as contas públicas sob controle; (2) faça reformas microeconômicas orientadas para o mercado; e (3) obtenha poupança externa para financiar seu desenvolvimento, dada a falta de poupança interna”. Alternativamente, o tripé novo desenvolvimentista afirma que: “Um país se desenvolverá aproveitando as forças do mercado, desde que: (1) mantenha a estabilidade macroeconômica; (2) conte com instituições gerais que fortaleçam o Estado e o mercado e com um conjunto de políticas econômicas que constituam uma estratégia nacional de desenvolvimento; e (3) seja capaz de promover a poupança interna, o investimento e a inovação empresarial”.

Já discuti o item 2 dos dois tripés: para a ortodoxia convencional, as instituições são estáticas; para o novo desenvolvimentismo, dinâmicas, constituindo uma estratégia nacional de desenvolvimento. Analisemos agora o item 3, porque ele vai condicionar a política macroeconômica presente no item 1.

Quadro 2

Trips do Desenvolvimento Comparados

Ortodoxia	Novo Desenvolvimentismo
Controlar inflação e as contas públicas	Manter estabilidade macroeconômica
Reformar para fortalecer o mercado	Reformar para fortalecer mercado e Estado, e ter uma política industrial
Obter poupança externa	Promover poupança interna e inovação

Para a ortodoxia convencional, a necessidade de poupança externa é um ponto central. Segundo Washington e Nova York, os países em desenvolvimento só lograrão crescer se contarem com o capital dos países ricos. Esse é um ponto central e indiscutível para a ortodoxia convencional: é um pressuposto. Afirma essa ortodoxia: ‘é natural que os países ricos em capital transfiram seus capitais para os países pobres em capital’. Essa visão foi sempre dominante entre os economistas e formuladores de políticas econômicas nos países ricos.

Nos anos 1970, pela primeira vez, a poupança externa tornou-se disponível em abundância para os países em desenvolvimento. Eles aproveitaram essa oportunidade, e o resultado foi a grande crise da dívida externa da década de 1980. No início dos anos 1990, quando a crise da dívida externa afinal foi relativamente equacionada, começou uma nova onda de fluxos de capital para os países em desenvolvimento, agora nos quadros da globalização neoliberal, e da abertura não apenas comercial, mas também da conta capital. Nesse contexto, Washington e Nova York não tardam em anunciar a nova verdade: “o desenvolvimento econômico é uma grande competição entre os países em desenvolvimento para saber quem consegue maior acesso à poupança externa”. Os países que mais ativamente e fielmente se dedicarem ao *confidence building*, à prática da construção de confiança junto aos credores de Nova York e às autoridades de Washington, aqueles que melhor seguirem suas orientações, serão os países que se desenvolverão, porque serão os que mais se beneficiarão dos recursos externos de empréstimo e de investimento direto.

O novo desenvolvimentismo rejeita a idéia de que os países de desenvolvimento médio necessitem de poupança externa para crescer. Vai além: entende que a estratégia de crescimento com poupança externa é o substituto ideológico da lei das vantagens comparativas no processo de neutralização do desenvolvimento dos países de desenvolvimento médio. O que a história ensina é que os países se desenvolvem quase exclusivamente com recursos internos. Em certos momentos, quando as oportunidades de investimento são muito grandes, déficits em conta corrente podem acelerar de forma benéfica o desenvolvi-

to, mas estas são situações excepcionais. Nas situações normais, o recurso à poupança externa, ou seja, a déficits em conta corrente deve ser muito limitado por duas razões. A primeira é óbvia: endividamento externo excessivo leva facilmente a desastrosas crises de balanço de pagamentos. A outra, na qual tenho concentrado minha atenção nos últimos anos, é mais sofisticada: déficits em conta corrente são compatíveis com taxas de câmbio apreciadas, que aumentam artificialmente os salários e o consumo, e diminuem a poupança interna, de forma que, em situações normais, em que a taxa de lucro esperada não é especialmente elevada, o influxo de poupança externa implica elevada substituição de poupança interna por externa. Em consequência, o país pouco ou nada se desenvolve no curto prazo devido ao influxo de capitais, enquanto cria um ônus em termos de dívida e de obrigações de remessas de lucros e juros para os anos futuros, que certamente reduzirá seu crescimento.¹⁶

Para a ortodoxia convencional, a situação de déficits crônicos em conta corrente e de elevado endividamento externo seria natural para os países em desenvolvimento; para o novo desenvolvimentismo, essa dupla situação não tem nada de natural ou necessária, e os países que mais se desenvolvem – os asiáticos – têm recorrido muito parcimoniosamente à poupança externa. Geralmente crescem com “despoupança” externa, ou seja, com superávits em conta corrente. Recebem investimentos diretos, como, aliás, também o fazem os países ricos, mas não para financiar déficits em conta corrente, e sim como contrapartida de investimentos no exterior ou aumento de reservas.

A política macroeconômica está baseada também em dois tripés conflitantes. O tripé convencional diz o seguinte: “A estabilidade macroeconômica entendida essencialmente como controle da inflação estará assegurada desde que (1) o governo controle suas despesas alcançando o necessário superávit primário; (2) o Banco Central tenha como único mandato controlar a inflação e como único instrumento a taxa de juros, cujo nível não importa; e (3) a taxa de câmbio flutue em um quadro de abertura da conta capital”. Já o tripé macroeconômico novo desenvolvimentista afirma que a estabilidade macroeconômica, entendida como taxa de inflação sob controle e razoável

pleno emprego, será alcançada desde que: (1) o governo controle suas despesas e o déficit público, e logre uma poupança pública positiva para financiar seus investimentos; (2) o Banco Central tenha um duplo mandato: o controle da inflação e o equilíbrio do balanço de pagamentos, e dois instrumentos, a taxa de juros e o câmbio; e (3) a taxa de câmbio seja administrada para ser mantida competitiva, usando-se para isto dos controles de capital quando for necessário, e a taxa de juros seja mantida a mais baixa possível compatível com a estabilidade de preços.

Para os dois enfoques, a estabilidade macroeconômica é fundamental para o desenvolvimento, e a disciplina fiscal, essencial para essa estabilidade, mas a divergência começa pelo conceito de estabilidade. O nível de emprego é um elemento essencial da verdadeira estabilidade macroeconômica. A lei americana, que regula o *Federal Reserve Bank*, estabelece como seus objetivos não apenas o controle da inflação e a manutenção de um nível de emprego satisfatório, mas uma terceira variável: a taxa de juros moderada. Tanto o novo desenvolvimentismo quanto a ortodoxia convencional querem o controle firme das contas públicas, mas, no caso da ortodoxia convencional, a medida fundamental é a do superávit primário. Com isso, procura-se assegurar que a relação dívida/PIB não aumente, e os credores fiquem assegurados. O novo desenvolvimentismo é mais ambicioso: quer controlar o déficit público e, mais do que isto, lograr uma poupança pública positiva que financie, senão totalmente, grande parte dos necessários investimentos públicos.

Enquanto a ortodoxia convencional defende apenas um mandato para o Banco Central – o controle

da inflação –, o novo desenvolvimentismo afirma serem necessários dois mandatos: inflação e emprego. Enquanto a ortodoxia convencional não vê limites para a taxa de juros, o novo desenvolvimentismo quer que as autoridades monetárias façam o melhor de seus esforços para mantê-la baixa. Finalmente, há uma diferença fundamental em relação à taxa de câmbio. Para a ortodoxia convencional, o mercado dela se encarregará, sendo contraditório e contra-producente, no quadro do câmbio flutuante, procurar administrá-la; para o novo desenvolvimentismo, esse é o preço macroeconômico mais estratégico, e, dentro de restrições ou limites razoáveis, precisa e pode ser administrado. Para administrar o câmbio, é necessário que a taxa de juros interna seja moderada, de forma a permitir a compra de reservas quando os influxos de capitais são muito elevados. Em alguns momentos, pode ser necessário o recurso aos controles de capital. O novo desenvolvimentismo é a favor deles nesse momento, na linha do que o Chile fez nos anos 1990.

Cada um desses pontos mereceria uma longa análise, a qual, entretanto, não cabe no contexto deste artigo. Limite-me a observar que o tripé macroeconômico convencional está fortemente influenciado pela estratégia de crescimento com poupança externa que se tornou dominante na década de 1990. Antes disso, o FMI preocupava-se com a taxa de câmbio, e, nas crises de balanço de pagamentos, além de exigir ajuste fiscal, exigia sempre desvalorização do câmbio.

A partir dos anos 1990, porém, o FMI esqueceu os déficits em conta corrente (afinal, eram poupança externa) e as depreciações cambiais. A hipótese dos

Quadro 3

Tripés Macroeconômicos Comparados

Ortodoxia	Novo Desenvolvimentismo
Obter superávit primário	Obter poupança pública
Atribuir ao Banco Central único mandato e único instrumento	Atribuir ao Banco Central duplo mandato e duplo instrumento
Abrir conta capital e flutuar câmbio	Administrar câmbio usando controles de capital quando necessário

déficits gêmeos isentava-o da preocupação com o déficit em conta corrente: bastava se preocupar com o superávit primário. Durante algum tempo, preferiu falar em âncoras cambiais e em dolarização; depois do fracasso dessa estratégia no México, no Brasil e, principalmente, na Argentina, o FMI voltou-se para a plena flutuação do câmbio para resolver todos os problemas externos. O novo desenvolvimentismo critica fortemente esta perspectiva e quer um controle não apenas das contas públicas do Estado (déficit público), mas também das contas totais da nação (conta corrente); quer não apenas que o Estado esteja pouco endividado e apresente poupança pública positiva; quer também que o Estado-Nação tenha contas externas que assegurem sua segurança e autonomia nacional. Quer não apenas a administração da taxa de juros, mas também a da taxa de câmbio, ainda que no quadro de um regime de câmbio flutuante que não chama de 'sujo', como o faz a ortodoxia convencional, mas de administrado.

CONCLUSÃO

Quais os resultados das duas políticas? Os resultados da ortodoxia convencional na América Latina são bem conhecidos. Pelo menos desde 1990, a verdade vinda de Washington e Nova York tornou-se hegemônica nesta região caracterizada pela dependência. Reformas e ajustes de todos os tipos foram realizados, mas não houve desenvolvimento. Os resultados do novo desenvolvimentismo na América Latina, por sua vez, não podem ser medidos. O Chile o tem usado, mas é um país pequeno, e as políticas que adota estão a meio caminho entre uma e outra estratégia. A Argentina de Kirchner e do ex-ministro da economia Roberto Lavagna é a única experiência concreta, mas é muito recente para poder ser objeto de avaliação definitiva. O novo desenvolvimentismo, entretanto, está mais que provado, porque não é outro o nome da estratégia que os países dinâmicos da Ásia vêm usando.

Terá o novo desenvolvimentismo condições de se tornar hegemônico na América Latina como o foi no passado o desenvolvimentismo? O fracasso da proposta convencional mostra que sim. A crise da Ar-

gentina de 2001 foi um *turning point*: foi o réquiem da ortodoxia convencional. Nenhum país adotou mais fielmente seus preceitos, nenhum presidente dedicou-se mais ao *confidence building* do que Menem. Os resultados foram os que se viram. Por outro lado, o pensamento novo desenvolvimentista está sendo renovado. Conta com uma nova geração (em relação à minha ou mesmo à de Nakano) de economistas de alta qualidade que estão sendo formados principalmente no Brasil.

Na Argentina e no Chile, existem também eminentes economistas que se identificam com essa estratégia como Osvaldo Sunkel, Aldo Ferrer, Ricardo Ffrench-Davis e Roberto Frenkel. Existe aqui, porém, um problema de hegemonia ideológica a ser resolvido. Os países da América Latina só retomarão o desenvolvimento sustentado se seus economistas, seus empresários e sua burocracia de Estado se lembrarem da experiência bem sucedida que foi o antigo desenvolvimentismo, e forem capazes de dar um passo à frente. Já fizeram a crítica dos erros cometidos e já se deram conta dos fatos históricos novos que a tornaram superada. Precisam agora reconhecer que a revolução nacional que então estava acontecendo, tendo esse antigo desenvolvimentismo como estratégia nacional, foi interrompida pela grande crise dos anos 1980 e pela onda ideológica neoliberal vinda do Norte. Precisam aprofundar o diagnóstico da quase estagnação provocada pela ortodoxia convencional, além de olhar com atenção para a estratégia nacional de desenvolvimento dos países asiáticos dinâmicos. Precisam, ainda, participar da grande obra coletiva nacional que é a formulação do novo desenvolvimentismo – da nova estratégia nacional de desenvolvimento para seus países.

Minha percepção é a de que essa tomada de consciência está em pleno processo. O desenvolvimento da América Latina sempre foi nacional-dependente, porque suas elites sempre foram conflitantes e ambíguas, ora se afirmando como nação, ora cedendo à hegemonia ideológica externa. Esse processo, porém, tem um elemento cíclico, e tudo indica que o tempo do neoliberalismo e da ortodoxia convencional passou, e que novas perspectivas estão se abrindo para a região.

Notas

Agradeço os comentários de Yoshiaki Nakano, Fernando Ferrari, José Luís Oreiro e Luís Fernando de Paula.

1. No Brasil, os dois principais economistas da teoria econômica do desenvolvimento corrente foram Celso Furtado e Ignácio Rangel. Dada a projeção internacional do primeiro, ele participou também do grupo fundador da teoria econômica do desenvolvimento, entre os quais destacaram-se Ronsentein-Rodan, Arthur Lewis, Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal, Raúl Prebisch, Hans Singer e Albert Hirschman. Em inglês, quando se fala de *development economics*, sabe-se bem do que se está falando; em português ou espanhol, *teoria econômica do desenvolvimento* parece uma expressão genérica, mas aqui eu a usarei no sentido de *development economics* e, portanto, de um conjunto de teorias sobre o desenvolvimento econômico que surge nos anos 1940, a partir do trabalho dos economistas citados.
2. O nacionalismo pode também ser definido, como fez Gellner, como a ideologia que busca dotar cada nação de um Estado. Esta é uma boa definição, mas própria da Europa Central. Na América Latina, as nações não estavam ainda plenamente formadas, e, no entanto, foram dotadas de Estados. As nações, porém, eram incompletas, e o regime, semi-colonial: com a independência, mudou principalmente a potência dominante, passando da Espanha ou Portugal para a Inglaterra e demais grandes países centrais.
3. Fiz a análise dessa crise que foi, mais amplamente, uma crise do Estado, em Bresser-Pereira (1992).
4. Na verdade, já havíamos, na prática, iniciado esse trabalho durante nossa passagem (minha e de Yoshiaki Nakano) pelo Ministério da Fazenda (1987), eu como Ministro, ele como Secretário de Política Econômica. Travamos, então, uma batalha contra os populistas dentro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ao mesmo tempo em que rejeitávamos a simples adoção da ortodoxia convencional que, então, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial ofereciam ao Brasil.
5. Aventou-se, também, a possibilidade de se usar a expressão ‘ortodoxia desenvolvimentista’, dado que o novo desenvolvimentismo é tão ou mais rigoroso que a ortodoxia convencional em matéria de disciplina fiscal. A expressão ortodoxia, porém, sugere uma falta de flexibilidade e, portanto, de pragmatismo, que é incompatível com uma estratégia nacional de desenvolvimento.
6. “O novo desenvolvimentismo” (BRESSER-PEREIRA, 2004).

7. No momento em que escrevo (início de 2006), Sicsú e de Paula submeteram à *Revista de Economia Política* um artigo com o título, “Novo Desenvolvimentismo”, que ainda deverá passar pela análise dos pareceristas. Um seminário sob a coordenação de José Luís Oreiro e Luiz Fernando de Paula ocorreu na Universidade Federal do Paraná, em 2006, tendo como tema o novo desenvolvimentismo.

8. Gellner (1983, 2000) filósofo tcheco refugiado do comunismo na Inglaterra, foi provavelmente o mais arguto analista do nacionalismo na segunda metade do século XX.

9. No trecho imediatamente anterior, diz Renan: “Uma nação é uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que foram feitos e daqueles que as pessoas se dispõem ainda a fazer. Ela supõe um passado; ela se resume no presente em um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida comum.” (RENAN, 1882 [1992], p. 55)

10. Entende-se, aqui, por ‘classe rentista’ não mais a classe dos grandes proprietários de terra, mas a dos capitalistas inativos que vivem de rendas, principalmente de juros. O ‘setor financeiro’, por sua vez, além de ser constituído de rentistas, é também formado por empresários e administradores que recebem comissões dos rentistas.

11. Ver Frenkel (2003).

12. Ver Dias-Alejandro (1981); French-Davis (2003).

13. Ver Bresser-Pereira e Dall’Acqua (1991).

14. Não tenho simpatias por ortodoxias, que são formas de renunciar ao pensamento, como não tenho interesses por heterodoxias quando o economista, ao se identificar como heterodoxo, renuncia a ver suas idéias e políticas sendo aplicadas, e se reserva o papel de eterna oposição minoritária. O bom economista não é ortodoxo ou heterodoxo, mas pragmático: sabe fazer boa política econômica, tendo como base uma teoria econômica aberta e modesta que o obriga a permanentemente pensar e decidir em situação de incerteza.

15. A escola histórica alemã é a escola de Gustav Schmoller, Otto Rank, Max Weber, e, correndo por uma trilha diferente, de Friedrich List; a escola institucionalista americana é a escola de Thorstein Veblen, Wesley Mitchell e John R. Commons.

16. Tenho feito críticas à estratégia de crescimento com poupança externa desde o início da década. Ver principalmente Bresser-Pereira (2002, 2004), Bresser-Pereira e Nakano (2002 [2003]) e Bresser-Pereira e Gala (2005).

Referências Bibliográficas

ALEJANDRO, C.D. Southern Cone stabilization plans. In: CLINE, W.R.; WEINTRAUB, S. (Ed.). *Economic stabilization in developing countries*. Washington: The Brookings Institution, 1981.

BRESSER-PEREIRA, L.C. O novo desenvolvimentismo. *Folha de S.Paulo*, 19 set. 2004a.

_____. Brazil’s quasi-stagnation and the growth *cum* foreign savings strategy. *International Journal of Political Economy*, Ottawa, v. 32, n. 4, p. 76-102, 2004b.

_____. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-2003*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. Financiamento para o subdesenvolvimento: o Brasil e o Segundo Consenso de Washington. In: CASTRO, A.C. (Org.). *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro I*. Rio de Janeiro, Mauad/BNDES, 2002. v. 2. p. 359-398. (Republicações com algumas alterações e novo título: O Segundo Consenso de Washington e a quase-estagnação da economia brasileira. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 3-34, 2003).

_____. Incompetência e *confidence building* por trás de 20 anos de quase-estagnação da América Latina. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 141-166, jan. 2001. (Trabalho apresentado ao *Centre for Brazilian Studies*, da Universidade de Oxford, dez. 1999).

_____. A inflação decifrada. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 20-35, out. 1996.

_____. *A crise do Estado*. São Paulo: Editora Nobel, 1992.

_____. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 21, n. 1, p. 3-23, abr. 1991. (Aula Magna no XVIII Congresso da ANPEC – Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, Brasília, 4 dez. 1990).

BRESSER-PEREIRA, L.C.; DALL'ACQUA, F. Populismo econômico *versus* Keynes: a reinterpretação do déficit público na América Latina. In: BRESSER-PEREIRA, L.C. (Org.). *Populismo econômico*. São Paulo: Nobel, 1991. p. 191-200.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; GALA, P. *Crítica do crescimento com poupança externa*. São Paulo, Escola de Economia de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas, nov. 2005. (Texto para Discussão, 146).

BRESSER-PEREIRA, L.C.; NAKANO, Y. Crescimento econômico com poupança externa? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 3-27, 2003. (Originalmente “Economic growth with foreign savings?”, trabalho apresentado ao *Seventh International Post Keynesian Workshop*, Kansas City, Mi., 30 jun. 2002).

_____. Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 146-177, 2002.

CHANG, H.-J. *Chutando a escada*. São Paulo: Unesp, 2004. (Originalmente publicado em inglês em 2002).

FRENCH-DAVIS, R. *Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad*. 3. ed. Santiago do Chile: J. C. Sáes Editor, 2003.

FRENKEL, R. Globalización y crisis financieras en América Latina. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 94-111, 2003.

GELLNER, E. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, G.; ANDERSON, B. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, (1993 [2000]). p. 107-134.

_____. *Nations and Nationalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

RENAN, E. *Qu'est-ce qu'une Nation?* Paris: Pocket/Agora, (1882 [1993]).

SICSÚ, J.L.F.P.; RENAUT M. (Org.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri/SP: Monole/Fundação Konrad Adenauer, 2004.

WILLIAMSON, J. The progress of policy reform in Latin America. In: WILLIAMSON, J. (Org.). *Latin American adjustment: how much has happened?* Washington: Institute for International Economics, 1990. p. 353-420.

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Professor de Teoria Econômica e de Teoria Política na Fundação Getúlio Vargas – SP.
(lcbresser@uol.com.br; www.bresserpereira.org.br)

Artigo recebido em 30 de março de 2006.

Aprovado em 20 de abril de 2006.

Como citar o artigo:

BRESSER-PEREIRA, L.C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.